



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 111/2015

Brasília (DF), 13 de maio de 2015

Às seções sindicais, secretarias regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros

Estamos encaminhando o relatório da reunião do Setor das IEES/IMES, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2015, em Brasília-DF.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Alexandre Galvão Carvalho

3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IEES/IMES

Data: 24 e 25 de abril de 2015

Local: Sede do Andes-SN, Brasília/DF

Horário: início às 18h do dia 24 de abril.

PRESENTES:

Diretoria do ANDES-SN: Gean Claudio de Souza Santana, Alexandre Galvão Carvalho, Epitácio Macário Moura e Mary Falcão.

Representantes de Seções Sindicais: **ASDUERJ** (Juliana Fiuza); **ADUERN** (Francisco Valdomiro de Moraes); **ADUNEB** (Carolina de Araujo Lima e Ediane Lopes de Santana); **ADUFS-BA** (Elson Moura, Gracinete Bastos de Souza); **ADUSB** (Marcia Santos Lemos); **ADUSC** (Emerson Lucena); **SINDUECE** (Maria Goretti Lopes Pereira e Silva) .

PAUTA

1. Abertura
2. Debate: Funpresp e seus correlatos nos Estados. (Profª Claudia March – Coordenação do GTSSA e Secretária-Geral do ANDES-SN)
3. Informes da coordenação (inclusive sobre pesquisa do Dieese); e das seções sindicais.
4. Encaminhamentos aprovados no 34º Congresso do ANDES-SN para o setor das IEES-IMES.
5. Preparação do XIII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES (Tema, data e local, indicação de nomes para as mesas, estrutura e metodologia do encontro).
6. Preparação do Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e financiamento.
7. O que ocorrer

24 de abril de 2015

1. Abertura

Os membros da coordenação do setor compuseram a mesa e realizaram uma apresentação individual. Em seguida, o diretor Epitácio Macário saudou a presença do(a)s representantes das seções sindicais na reunião e ressaltou a importância da mesma para os encaminhamentos aprovados no 34º Congresso para o setor da IEES-IMES, visto que a reunião é deliberativa.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

A plenária decidiu mudar a programação da reunião, transferindo a palestra da professora Claudia March para o dia seguinte, quando um maior número de representantes estaria presente.

24 de abril de 2015

Pauta aprovada

1. Informes da coordenação.
2. Debate: Funpresp e seus correlatos nos Estados. (Profª Claudia March – Coordenação do GTSSA e Secretária-Geral do ANDES-SN)
2. Informes das seções sindicais.
3. Encaminhamentos aprovados no 34º Congresso do ANDES-SN para o setor das IEES-IMES.
4. Preparação do Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e financiamento).
5. Preparação do XIII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES (Tema, data e local, indicação de nomes para as mesas, estrutura e metodologia do encontro).
6. O que ocorrer

1. Informes

1.1 Da Diretoria do ANDES-SN

Os diretores Amauri Fragoso e Claudia March prestaram os informes relacionados com a defesa do ANDES-SN, em particular, o processo no MTE. Em seguida, foram dados informes sobre o II Congresso da CSP-Conlutas e dos SPF, em particular, aqueles relacionados com as ações do Fórum dos SPF.

Greve das IEES do Estado do Pará e do Paraná – informes prestados pelos diretores Macário e Mary Falcão (anexo 1).

O diretor Alexandre Galvão ponderou ainda sobre a importância do setor das IEES-IMES no ANDES-SN apontando, que, atualmente, há 42 seções sindicais no setor, sendo 38 IEES e 4 IMES. Em seguida, lembrou que dos 68.718 filiados ao ANDES-SN, o setor tem hoje 18.059, sendo 17.741 das IEES e 318 das IMES, o que corresponde a 26,3% do total de filiados ao nosso Sindicato.

1.2 Informes das Seções Sindicais

Os informes das seções sindicais encontram-se no anexo 1

1. Debate: Funpresp e seus correlatos nos Estados. (Profª Claudia March – Coordenação do GTSSA e Secretária-Geral do ANDES-SN)

A professora Claudia March apresentou elementos da luta contra o FUNPRESP como contribuição ao enfrentamento à implementação dos fundos de pensão nos Estados. Inicialmente, a palestrante apresentou um histórico da

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

regulamentação da previdência complementar, seguida da apresentação dos pressupostos do FUNPRESP, esclarecendo, inclusive, as diferenças entre o regime de repartição e o regime de capitalização no tocante aos direitos dos aposentados. A palestrante sugere que o setor das IEES/IMES discuta o tema e identifique os Estados que implementaram e os que não implementaram ainda legislação a respeito da previdência complementar.

Claudia March fez, ainda, uma análise política e sociológica do Funpresp e seus correlatos nos estados focando sua reflexão em elementos como a participação de sindicalistas nos Conselhos diretores que, pela função assumida, passam a defender a previdência complementar e a se preocupar com os investimentos financeiros mais lucrativos para tais fundos. Por esta via, segundo ponderou a palestrante, os interesses do capital parecem coincidir com os do trabalho, operando uma verdadeira intersecção de classes. Outra linha de raciocínio explorada por March tratou da qualificação do grupo de burocratas sindicais que passaram a operar e dirigir fundos de pensão como uma nova classe social, seguindo as formulações do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira. Tratar-se-ia de uma esquerda do e para o capital, concluiu a palestrante.

O material da palestra encontra-se na forma de slides no anexo 2 deste relatório.

No debate sobre a questão, foi proposta a construção de um material específico sobre previdência para o setor, articulado com as seções sindicais. Em seguida, ressaltou-se que seria importante articular com o GTSSA um material geral e construir um painel sobre as situações específicas nos Estados.

3. Encaminhamentos aprovados no 34º Congresso do ANDES-SN para o setor das IEES-IMES.

Iniciou-se o debate acerca dos encaminhamentos do plano de lutas do setor das IEES-IMES aprovados no 34º Congresso do ANDES, discutindo-se item a item. Os encaminhamentos aprovados foram:

1. *Construir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias em articulação com os trabalhadores terceirizados destas IES.*

Encaminhamento aprovado: a coordenação se coloca a disposição das seções sindicais para contribuir na criação e fortalecimento de fóruns das Ssind que envolvam ou não outras categorias.

2. *Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das Instituições de Ensino Superior (IES), seja das agências de fomento e outros agentes, defendendo parâmetros qualitativos.*



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Encaminhamento aprovado: solicitar informações das seções sindicais. Sobre seus planos de cargos e processos avaliativos e se as seções sindicais têm se atentado para essa deliberação.

3. Realizar um Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 27 de maio de 2015.

A coordenação informou sobre a possibilidade de uma paralisação nacional organizada pelas centrais sindicais, no dia 29 de maio, contra o PL 4330. Encaminhamento aprovado: realizar uma semana de lutas do setor das IEES, do dia 25 ao dia 29 de maio para a discussão de defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES.

Sobre o financiamento:

1. Intensificar a luta, em cada estado, pela vinculação e aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando o "total do produto" da receita de impostos ou tributária. Continuar intervindo por meio de mobilizações:

1.1 Na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 Nos planos Plurianuais de governo.

Após os informes das seções sindicais sobre as lutas que estão sendo travadas nos estados acerca do aumento de verbas a serem destinadas para as IEES-IMES, foi sugerido que se deve observar as especificidades de cada estado em relação à subvinculação e seus respectivos índices.

2. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

2.1 campanhas salariais;

2.2 defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). As seções sindicais apresentaram os informes das campanhas salariais nos estados.

2.3 defesa da carreira, segundo os princípios do caderno 2 do Andes-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

Foi ressaltado que o setor deve ficar atento para as Organizações Sociais (OS) na pós-graduação, que ataca a carreira e conspira contra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3. Realizar estudos e análises das contas públicas e orçamentos, com foco no financiamento e evolução salarial dos servidores das IEES-IMES;

4. Orientar as seções sindicais e secretarias regionais a procederem levantamento, no plano estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por meio do seu escritório no Andes-SN de modo a atender efetivamente a demanda das ADs.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Encaminhamento aprovado: a coordenação irá solicitar ao escritório do DIEESE no ANDES-SN o levantamento via orçamento e contas públicas do financiamento das IEES e IMES nos Estados, seguindo a seguinte metodologia: relacionar o valor do orçamento destinado às IEES-IMES com o Produto Interno Bruto (PIB), a Receita Líquida de Impostos (RLI), a Receita Corrente Líquida (RCL) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados, no período de 2000 a 2014. A coordenação lembrou os representantes de seções sindicais presentes que o Grupo de Trabalho sobre Verbas (GT Verbas) enviou para todas as seções sindicais um modelo de requerimento a ser entregue às reitorias onde são solicitadas informações sobre receitas e despesas das Instituições de Ensino Superior (IES). Outro requerimento, foi enviado pela Secretaria Nacional do ANDES-SN para todas as secretarias de governo responsáveis pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) solicitando dados sobre verbas orçamentárias destinadas a tais instituições em cada Estado. Um terceiro requerimento fora entregue ao MEC solicitando informações sobre transferências de fundos públicos para empresas educacionais privadas que atuam no ensino superior por meio de mecanismos como Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Para reforçar as solicitações feitas, encaminhou-se que a coordenação do setor atuaria junto a Secretaria Nacional do ANDES-SN no sentido de reenviar o bloco de requerimentos referidos.

Em face da dificuldade de conseguir todos os dados solicitados, foi sugerido, também, que os requerimentos encaminhados às secretarias de governos sejam enviados à Comissão de Educação das Assembleias Legislativas dos Estados e aos Tribunais de Contas dos Estados.

5. Realizar pesquisa sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento público das IEES-IMES;

6. Cobrar transparência dos governos sobre transferência de recursos para pagamento das dívidas públicas e divulgar suas implicações sobre o cumprimento das obrigações dos diversos entes federados em relação aos direitos sociais fundamentais, como educação e saúde;

7. Denunciar o comprometimento dos orçamentos dos estados e municípios em face de suas dívidas com a União;

Encaminhamento aprovado: As seções ssind. devem fomentar a criação onde não existam e o fortalecimentos onde existam dos núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida no sentido de contribuir com essa importante iniciativa, bem como captar e analisar informações sobre o endividamento dos Estados. Na ocasião, foi apresentado o vídeo "Dívida pública e financiamento da



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior universidade” produzido pelo ANDES_SN tendo por base a palestra realizada pelo economista da Auditoria Cidadã da Dívida, Rodrigo Ávila, no XII encontro nacional do setor ocorrido em 2014.

A coordenação do setor comprometeu-se a contatar a Auditoria Cidadã da Dívida para verificar se dispõem de levantamentos sobre a dívida dos Estados brasileiros.

8. Reforçar o combate nos estados e municípios contra a transferência de recursos públicos para o setor privado, como o ProUni e Fies, e outras similares que estão sendo implantadas nos estados.

Encaminhamento aprovado: envio de um novo requerimento para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) solicitando as informações.

Sobre democracia e autonomia:

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas;

2. Divulgar as experiências de realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais);

Encaminhamento aprovado: sugerir para a imprensa do ANDES-SN a produção e veiculação de matérias sobre as experiências de estatuintes nas IES públicas.

Sobre federalização:

1. Realizar estudos e produzir pareceres sobre a situação funcional e trabalhista dos servidores em caso de federalização/estadualização;

Encaminhamento aprovado: solicitação de parecer do setor jurídico do ANDES-SN sobre o item a ser socializado no seminário nacional do setor que será dedicado ao tema “Federalização e financiamento” conforme deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN.

2. Esclarecer as condições jurídicas e operacionais da inversão de recursos federais e da utilização da capacidade instalada das IEES/IMES;

Encaminhamento aprovado: Buscar apropriar-se da discussão que ocorre na Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) sobre investimentos de verbas federais em instituições estaduais e municipais de ensino superior. Ressaltou-se que no tocante à assistência estudantil, as inversões de recursos federais não estão funcionando. Convidar palestrante para expor experiência(s) de federalização no Seminário Nacional e solicitar participação do setor jurídico do ANDES-SN para tratar da mesma questão.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

4. Preparação do Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e Financiamento.

Os membros presentes reafirmaram o desejo de que o Seminário deveria acentuar a discussão sobre a federalização, que não foi suficientemente explorada no último encontro. Para otimizar custos, aprovou-se a realização do Seminário no mesmo dia da abertura do Encontro Nacional do setor. Eis o cronograma de atividades aprovado.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

25 de setembro de 2015

9h: Mesa de debates com o tema *Federalização*

Participantes: Assessoria Jurídica do ANDES-SN; um representante da ADUERN; um representante de uma IES DE Santa Catarina que esteja vivenciando a discussão sobre a Federalização e um representante da Universidade Federal de Tocantins.

12hs – 14hs: Almoço

14h: Mesa sobre Financiamento

Participantes: Francisco Miraglia (ADUSP) e DIEESE (que deve expor os dados da pesquisa sobre financiamento das IEES/IMES já levantados e analisados)

17h30 – Encerramento



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

5. Preparação do XIII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES (Tema, data e local, indicação de nomes para as mesas, estrutura e metodologia do encontro).

A coordenação do setor iniciou com informes e com o resgate histórico dos encontros anteriores. Foram distribuídas aos presentes as pautas dos encontros anteriores como material de apoio para a atividade. Após o debate, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

a) Cronograma do XIII Encontro do Setor das IEES/IMES

XIII Encontro do Setor das IEES/IMES
Tema: “Expansão, *multicampia* e precarização”
Local: Sede da ADUNICAMP, Campinas – SP
Av. Érico Veríssimo, 1749 – Cidade Universitária Zeferino Vaz
Data: 25 a 27 de setembro de 2015

PROGRAMAÇÃO

| SEXTA (25/09) | SÁBADO (26/09) | DOMINGO (27/09) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 18:00 – 18:30: Abertura 18:30 – 21:30 – Mesa com o tema: <i>multicampia</i> e precarização. Daise Mancebo (ASDUERJ) e Nádia Fialho (ADUNEB) | 9h – 12h – Painel: Multicampia e precarização do trabalho docente- ADUNEB, 1 representante de uma seção sindical das estaduais do Paraná, ADUNESP e ADUEPA 14h – 15:30 – Informes 15h – 18 – GT Expansão, <i>multicampia</i> e precarização. | 9h – 13:30 Plenária Final e indicação de pontos sobre o tema do Encontro para o Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES. |



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 1
INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Fórum das ADs da Bahia (Élcio Moura)

No dia 09 de dezembro de 2014 protocolamos junto ao Governo do Estado a pauta de reivindicações 2015. Além de o fazermos junto ao Governo, protocolamos também na comissão de transição.

A pauta gira em torno de duas bandeiras: 1- em defesa da Universidade pública e 2- pela valorização do trabalho docente. Sobre a primeira, temos a reivindicação da revogação da lei 7176 que fere a autonomia das Ueba. Também, reivindicamos os 7% da receita Líquida de Impostos (RLI) para as Ueba. Hoje, o orçamento gira em torno dos insuficientes 5%. Esta tem sido nossa problemática central.

Sobre o ponto 2, nossa pauta gira em torno de alguns direitos que estão sendo represados pelo Governo: promoção, progressão e mudança de regime de trabalho (quase 500 processos represados); defesa do reajuste linear integral, retroativo à janeiro; mudança nos percentuais dos incentivos à pós graduação; aumento do número de vagas e desvinculação de vaga por classe.

A pauta apontava para a necessidade de uma resposta em janeiro de 2015. Não fomos recebidos e, mais uma vez, protocolamos a pauta exigindo início imediato de negociações. Coisa que não aconteceu, nos obrigando a encaminhar nas assembleias, o Estado de Greve. O mesmo foi aprovado nas quatro assembleias. Também foi aprovado um grande ato no dia 08/04, na Secretaria de Educação (quando também criáramos o Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública). E, também, na Assembleia Legislativa para denunciar a aprovação por unanimidade do orçamento das Universidades que reduzia, mais uma vez, o orçamento da rubrica de custeio, investimento e manutenção.

Neste dia o Governo nos recebeu através dos representantes da Secretaria de Educação, da Secretaria de Administração e da CODES (Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior). Lá fomos informados que a pauta central, ou seja, orçamento, não poderia ter avanços. Sobre as outra, seria tirada uma agenda.

No dia 24/04, na segunda reunião, o Governo cumpriu em partes o prometido e apresentou sua posição sobre a pauta – exceto o orçamento. Falou da possibilidade de revogação da 7176 e do agendamento das promoções.

O Movimento Docente apresentou sua insatisfação diante do fato de que aquilo que é mais latente, não se avançou.

No próximo dia 27/04 nos reuniremos no Fórum das Ad's para afinar o discurso para as assembleias já agendadas entre o dia 04 e 08 de maio. A possibilidade de nestas a greve ser deflagrada, é real.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SINDUECE – UECE CEARÁ. (Maria Goretti Lopes -)

- Fórum das Ads - reuniões regulares, pautando diferentes temas, atualmente com prioridade para a pauta acordada com o Governo do Estado do Ceará.
- Pauta da Greve - editais do concurso para docentes prontos, aguardando publicação, Lei de Associado aprovada, aguardando publicação.
- Aumento linear de 6,45% na data base, janeiro de 2015.
- Fórum ampliado em defesa da universidade pública (universidades estaduais, movimentos sociais e estudantil e parlamentares), criação de uma Frente Popular.
- Estatuinte pronta, na fase de organização e conferências para aprovação na comunidade.
- Participação no dia 15 de abril, contra o PL 4330, juntamente com a Conlutas, movimentos sociais, sindicatos, etc , no centro de Fortaleza.

ADUNEB

- Sobre aumento linear – recusa de vários setores (governistas inclusive) do acordo da Fetrab com o governo de aumento parcelado e sem retroativo. Tudo indica que não avançou, e que há uma preocupação das Direções sindicais governistas com a insatisfação de suas bases, até a APLB soltou nota
- Participação do 34º do ANDES-SN, no qual apresentamos duas propostas de TR e contribuimos nos debates sobre Multicampia e a sobre Banco de dados para construirmos ações contra as violências de gênero, homofóbicas, racistas e moral dentro das IES
- Organizamos dentro da agenda do Dia Internacional da Mulher, a mesa redonda **“Violências contra as mulheres – Reflexões sobre tipos e alcance das agressões”**. A atividade, organizada em conjunto com a CSP-Conlutas – Bahia e o Movimento Mulheres em Luta
- No dia 14 de abril Seminário sobre Previdência com Sara Granemamm
- No dia 31 de março em AG deliberamos pelo Estado de greve, com 75 Docentes, 20 discentes e o DCE (1), 03 servidores:

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

- **Revogação da lei 7176/97;**
- **Por, no mínimo, de 7% da RII para as Ueba;**
- **Pela ampliação do quadro de vagas e desvinculação das classes;**
- **Pelo respeito aos direitos trabalhistas dos docentes;**
- **Pelo aumento dos incentivos do Estatuto do Magistério Superior;**
- **Pelo reajuste linear com reposição integral da inflação.**



- Junto com o FAD no dia 08 de abril paralisamos as atividades e fizemos ato público na SEC e na ALBA em defesa de orçamento digno para as UEBA, desta ação conseguimos reunião com o Governo pra discutirmos a pauta do MD; Lançamento do Comitê pela defesa da Educação Pública.

Paralisamos as atividades no dia 15 de abril em defesa da classe trabalhadora e participamos do ato contra a PL 4330.

- Participamos junto com o FAD no último dia 24 de abril, de reunião com o governo

- Pauta interna hoje: Debate sobre a aprovação da criação de um consórcio permanente de instituições públicas de ensino superior federal e estadual e um IF com o governo do estado, que garante a “mobilidade” docente e discente, com indicação da formação multidisciplinar dos docentes.

- Consórcio: formação de um parque tecnológico entre todas as nove instituições envolvidas (entre federais e estaduais) e o IF. A primeira reunião, em decorrência deste consórcio, ocorreu dia 24.04, com o reitor e os docentes do Campus X da UNEB. Proposta da Licenciatura Interdisciplinar. Estrutura da UNEB (RH e Física) para a UFSB.

- Dia 4 de maio, a pauta eleição de delegados para o II Congresso da CSP-Conlutas;

- Dia 7 de maio, pauta deflagração da greve.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SINDUEPA – Eptácio Macário

1) Protocolo da pauta de reivindicação na segunda quinzena de fevereiro. Pontos principais: a) reajuste salarial de acordo com o índice do piso nacional de 13,01% (acordo da greve de 2012) que o governo do estado não sinalizava pagar; Concurso Público; Aumento de vagas imediatas no atual PCCS para garantir o enquadramento dos professores, pois, a progressão está paralisada por não ter mais cargos disponíveis; Aumento do vale-alimentação; Revisão do PCCS e envio para a assembleia legislativa da proposta aprovada pela categoria (debate parado na UEPA desde 2008) b) Na pauta social: construção de comissões paritárias para reestruturação da UEPA, estatuinte e concurso público; REVITALIZAÇÃO DOS CAMPI

2) Após trinta dias sem sinalização para instalação da mesa de negociação realizamos um dia de paralisação em conjunto com a educação básica, chamando a Marcha Estadual da Educação. Todos os vinte campi atenderam ao chamado e no dia 17/03 tivemos o primeiro campi do interior ocupado por discentes e docentes, em virtude de falta de condições de funcionamento (falta de professores e funcionários, obras paradas há 3 anos, falta de materiais básicos para funcionamento dos cursos). Essa realidade é comum nos campi do interior. Em seguida a essa primeira ocupação outros 7 campi decidiram parar e se estabeleceu uma greve estudantil com ocupação em oito campi.

3) O governo se negou a negociar o que levou a unificação do movimento e à greve dos docentes, cujo, mote principal foi o aumento do orçamento pra universidade a fim de solucionar os problemas vividos nos campi, principalmente, os do interior;

4) Entramos em greve no dia 06/04 e fomos recebidos pela reitoria onde não houve avanço na pauta.

5) Após a adesão de 13 campi do interior e 3 campi na capital o governo nos recebeu, houve avanço em alguns pontos, mas o principal não avançou e a categoria se manteve em greve;

4) No dia 17/04 após nova rodada de negociação houve avanço nos pontos que estão no panfleto.

- Houve autorização do governador para a suplementação orçamentária. O recurso liberado é muito aquém do que precisamos, mas diante do avanço dos demais pontos já notamos um refluxo, principalmente nos campi que já completaram 30 dias de greve e ocupação.

- A greve continua e na próxima terça-feira haverá assembleia e ato público.

- Quanto ao SINDUEPA: A comissão provisória conseguiu realizar ações para além da reorganização da seção sindical. Realizou duas assembleias para discussão e aprovação da nova proposta de PCCR e está dirigindo a greve. As eleições foram deflagradas e havia possibilidade de duas chapas concorrerem. Atualmente apenas uma chapa concorre, pois, a chapa que estava se desenhando com professores ligados ao PT e PC do B não chegou a tempo de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior se inscrever. A atual chapa possui na sua maioria independentes. Mas também tem membros ligados ao PSOL e PSTU.

ADUFS-BA (Elson Moura)

Última assembleia geral aprovou o estado de greve; paralisação no dia 8 de abril; manifestação ato em frente à SEC e ALBA; criou uma comissão de mobilização; retirada de delegados e observadores para o CONAD extraordinário.

Participação na manifestação do dia 15/04 contra o PL 4330 e as MPs 664 e 665; Seminário sobre a previdência complementar no dia 15/04; também um debate sobre a conjuntura política nacional, no dia 15/04; participação em atividades com os estudantes com o objetivo de explicar a pauta dos professores, o PL 4330 e sobre o orçamento.

ADUSB (Márcia Lemos)

- Indicação de um representante suplente da ADUSB para compor o Comitê Gestor do programa de assistência estudantil do campus de Vitória da Conquista;

- Composição do conselho fiscal da ADUSB;

- Atualização dos Grupos de Trabalho da Aduusb.

- Atualização da pauta interna e encaminhamentos: pressionar a Reitoria para fazer o remanejamento dos recursos, a fim de assegurar os direitos trabalhistas; priorizar a centralidade da luta no que se refere à autonomia universitária e a democracia interna/ orçamento participativo; solicitar da Reitoria a liberação imediata dos recursos dos projetos de pesquisa e extensão aprovados pela Universidade para o biênio 2014-2015; solicitar à Reitoria que a mesma apresente o impacto orçamentário da implementação dos processos trabalhistas; solicitar informações à Reitoria sobre o gasto atual com pessoal no orçamento da UESB e especificamente com os professores efetivos e temporários; articular com a assessoria jurídica da ADUSB para entrar com ação pela efetivação das promoções, progressões e mudança de regime de trabalho, com pagamento de retroatividade; orientar os diretores e diretoras de Departamentos para que encaminhem todos os processos de promoção na carreira para a PROGRAD; protocolar a pauta publicamente na próxima reunião do CONSEPE; convocar audiência pública para discutir a pauta interna.

- 7º CONAD extraordinário: discussão e deliberação sobre o caderno de textos;

Outras informações:

1. Denúncia do não cumprimento da data-base do funcionalismo público na Bahia;
2. Estado de greve aprovado nas quatro universidades estaduais da Bahia;
3. A campanha de mídia do Fórum das ADs foi censurada pelas empresas que veiculam outdoor em Salvador;

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

4. Paralisação das atividades contra o PL 4330 e grande ato com o fechamento da BR 116 em Vitória da Conquista;
5. ADI referente ao Prevbahia: reunião do jurídico com o Ministério Público agendada para 29/04
6. Atividade do GT de Política de Classe para questões Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual: "Os desafios da mulher trabalhadora", com a presença de Marinalva Silva Oliveira
7. Seminário sobre o Prevbahia: 16 de abril, às 19h, no auditório do Luizão, com a profa. Sara Granemann;

RELATO DO FÓRUM DAS AD'S DO PARANÁ (Mary Falcão)

- 27 e 28 de dezembro entrada com liminar exigindo o pagamento do 1/3 de férias negado pelo governo que foi parcelado em 3 vezes.
- 5 de fevereiro reunião do fórum para análise da conjuntura
- 2 a 9 de fevereiro aprovação das assembleias pela greve por tempo indeterminado
- 8 de fevereiro ampliação da reunião do fórum com o Sindiprol para unificação da pauta de greve
- 12 de fevereiro - derrubada do pacote que o governo enviou para a ALEP
- 20 de março - foi reafirmada a continuidade da greve após liminar expedida pelo governo
- 5 de março - conselhos da Unisoeste e da Unespar após intervenção das AD's locais suspendem o calendário e apoiam a greve dos professores e pedem pela retirada da Unespar revogação do decreto de autonomia, retomada das discussões sobre o Paraná-previdência, agenda positiva para os próximos 60 dias.
- 10 de março assinatura de acordo que previa a derrubada do projeto de autonomia financeira das universidades; pela retomada das discussões sobre o Paraná-previdência com a sociedade civil organizada acatando sugestões; pagamento de 1/3 de férias integral no mês de março e ainda, uma agenda positiva para os próximos sessenta dias.
- A partir do dia 22/4- retomada da greve aprovadas pelas assembleias realizadas pelas AD's em função do descumprimento do estado com a pauta acordada.
- 27, 28 e 29/04 - caravana para Curitiba com o objetivo de pressionar pela não aprovação do projeto da previdência encaminhado pelo governo Beto



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 2

ELEMENTOS DA LUTA CONTRA O FUNPRESP PARA CONTRIBUIÇÃO DO ENFRENTAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO NOS ESTADOS.

FUNPRESP E DIREITOS DE APOSENTADORIA

Pressupostos

- ✘ Contrarreforma do Estado (Continuidade da contrarreforma de Fernando Henrique Cardoso nos governos de Lula e Dilma)
- ✘ Aprofundamento da relação público-privado no Estado – Organizações Sociais, Fundações Estatais de Direito Privado, EBSERH
- ✘ Mundialização Financeira
- ✘ Flexibilização do processo e das relações de trabalho

FUNPRESP E DIREITOS DE APOSENTADORIA

- ✘ Seguro Social e Seguridade Social
- ✘ Regime de repartição X regime de capitalização
- ✘ Entidade Aberta de Previdência Privada e Entidade Fechada de Previdência Privada (Fundos de Pensão)
- ✘ Modalidade Benefício-Definido e Modalidade Contribuição-Definida

Direitos de aposentadoria / Seguro Social e Seguridade Social

- ✘ Seguro Social – garantia compulsória de substituição de renda em situação de não trabalho assalariado (aposentadoria e outras situações) pelo Estado a partir da constituição de fundo específico constituído com contribuições dos trabalhadores e empregadores;
- ✘ Seguridade Social – direitos universais com financiamento proveniente de impostos fiscais (e não da contribuição de trabalhadores e empregadores) com gestão pública e estatal.

Direitos de aposentadoria / Regime de repartição X regime de capitalização

Regime de repartição

- ✘ Previdência Social, solidária, intergeracional, com benefícios desvinculados do montante de contribuição efetuado pelo beneficiário potencial.
- ✘ A população ativa sustenta a população inativa por meio de contribuições periódicas. É a prática do “pacto intergeracional”, em que os trabalhadores de hoje custeiam, através do depósito em um fundo único, o benefício dos aposentados atuais.

Direitos de aposentadoria/ Regime de repartição X regime de capitalização

Regime de Capitalização



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✘ Consiste na fixação de contribuições (do trabalhador e do empregador) que irão custear a sua própria aposentadoria.
- ✘ Não há pacto intergeracional, pois o benefício pago a uma geração será o valor capitalizado de sua própria contribuição.
- ✘ Melhor seria dizer o benefício pago a um trabalhador será o valor capitalizado de sua própria contribuição.
Banco mundial, Bresser Pereira e
- ✘ Este estudo recomenda separar as funções de poupança e redistributiva, colocando-as sob diferentes arranjos financeiros e gerenciais, em dois pilares distintos – um público e financiado com recursos fiscais, o outro privado e financiado por capitalização –, suplementados por um pilar voluntário para aqueles que queiram mais (World Bank, 1994, p. 238).

Averting Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth ou "Evitar a Crise do Envelhecimento: Políticas para proteger o Idoso e promover o Crescimento"

- ✘ Em princípio, o sistema ideal deve prever três níveis: no primeiro, até, por exemplo, cinco salários mínimos, uma previdência básica obrigatória, de repartição, garantida pelo Estado; no segundo nível, até, por exemplo, dez salários mínimos, uma previdência também obrigatória, mas de capitalização, e oferecida pelo Estado ou pelo setor privado, dependendo da preferência de cada um; e no terceiro nível, uma previdência complementar, de capitalização, que para os servidores públicos poderá ainda ser administrada pelo Estado, mas que preferivelmente deverá ser privada. (Bresser-Pereira, 1998, p. 330)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

- ✘ Em seu artigo 1, modifica o artigo 40 da constituição no seu parágrafo 14, com a seguinte redação:
- ✘ “Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- ✘ [...] § 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.
- ✘ § 15 - Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✘ § 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."

LEI COMPLEMENTAR 109 DE 29 DE MAIO DE 2001

- ✘ Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:
- ✘ I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e
- ✘ II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

✘ § 1o

- ✘ As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

✘ § 2o

- ✘ As entidades fechadas constituídas por instituidores referidos no inciso II do caput deste artigo deverão, cumulativamente:
- ✘ I - terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente;
- ✘ II - ofertar exclusivamente planos de benefícios na modalidade contribuição definida, na forma do parágrafo único do art. 7º desta Lei Complementar.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

- ✘ Em seu artigo 1 , modifica o artigo 40 da constituição no seu parágrafo 14 , com a seguinte redação:
- ✘ “Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- ✘ [...] § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.808, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras

Datas

- ✘ No dia 4 de fevereiro de 2013, o PREVIC publicou a Portaria nº 44, aprovando o Regulamento do Plano Executivo Federal (ExecPrev);
- ✘ Restou, então, a viabilidade de adesão ao plano de benefício. É evidente que o funcionamento do Funpresp-Exe estava condicionado à efetivação do ExecPrev e não, simplesmente, à aprovação do seu regulamento. Ora, esse Plano só foi lançado oficialmente (efetivado) no dia 24 de abril de 2013, data a partir da qual o Funpresp-Exe entraria, de fato, em funcionamento.
- ✘ Regulamento do Plano Executivo Federal
- ✘ Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
- ✘ (Funpresp-Exe).
- ✘ CNPB nº 2013.0003-83
- ✘ Aprovado pela Portaria PREVIC nº 317 de 25/06/2014, publicada no DOU em
- ✘ 26/06/2014, Seção 1, página 33
- ✘ Capítulo II – Das definições:
 - I -ASSISTIDO: O Participante ou o seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.
 - IX - CONTA INDIVIDUAL: Conta individualmente mantida no Plano para cada Participante, onde serão alocadas as cotas, indispensáveis à formação da reserva garantidora dos benefícios previstos neste Regulamento

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 17 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) sobre o direito de opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, de 1988,



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

dispondo acerca do regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Argumentos e contra-argumentos (1) Fundos de pensão e o neodesenvolvimentismo.

Os investimentos “sociais” dos fundos de pensão:

No demonstrativo de investimentos da Previ de 2009, dentro do segmento de “investimentos estruturados”, aparece um aporte de recursos ao Fundo de Investimento

Imobiliário Panamby (FII Panamby), no valor de 88,2 milhões de reais (Previ, 2009, p. 74). Este FII, na verdade, foi formado em 1995 por três fundos de pensão (Previ, Petros e Valia) interessados em participar de um mega-investimento imobiliário na cidade de São Paulo, na área da antiga Chácara Tangará, comprada pela Lubeca S/A Empreendimentos e Participação em outubro de 1986. A Lubeca, braço imobiliário da multinacional argentina Bunge y Born, passou a travar uma disputa contra movimentos ambientalistas e de diversas entidades civis, que exigiam o cumprimento do Plano Diretor na área, visando protegê-la da ocupação imobiliária, resultando no Movimento Pró-Parque Tangará (Barroso, 2006, Bertollo, 2008). A superação das resistências ao mega-empreendimento imobiliário foi obtida pela aliança da Lubeca/Panamby com sucessivos governos municipais (Janio Quadros, Maluf), logrando a conversão da área – reputada pelos opositores do empreendimento como tendo ainda uma mancha de mata atlântica – em objeto de exploração econômica. A resistência das entidades ambientais e civis conseguiu apenas uma redução da área a ser loteada pela 361 empresa, de modo que da vegetação original restaram apenas 28,7%, formando o Parque Burle Marx. Ironicamente, o resultado da resistência – a diminuta área verde que restou, formando o parque – foi convertido pelo capital imobiliário em atrativo de vendas, elevando o valor dos imóveis (que já eram de alto padrão) ao apresentá-los no mercado como um “refúgio verde” contra a agitação urbana, assegurando aos moradores o “contato com a natureza” proporcionado por um parque que, a despeito de seu caráter de “público”, foi desenhado de modo a favorecer mesmo o acesso do “público” que morava em seu entorno luxuoso (Barroso, 2006). (Soria, 2011)

Argumentos e contra-argumentos (2) controle social e/ou socialismo dos fundos de pensão

- ✘ Defesa da participação dos sindicatos nos conselhos gestores dos Fundos de Pensão;
 - ✘ Debate do governo em disputa – neoliberalismo x neodesenvolvimentismo
 - ✘ Capital fictício x capital produtivo
- Em debate: quem define as aplicações dos fundos de pensão?

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✘ No artigo 15 da Lei 12.618 que trata da administração dos recursos garantidores, fixa que esses recursos serão administrados por terceiros e que cada terceiro poderá administrar no máximo 20% dos recursos garantidores.
- ✘ Sobre essa questão, cabe ressaltar que funpresp exe publicou a concorrência número 1 de 2014